**COMISSÃO PERMANENTE DA COMISSÃO POLITÍCA NACIONAL**

**NOTA DE IMPRENSA**

Reuniu-se ontem, dia 25 de outubro de 2022, pelas 16h, na sua sede, no Riboque, a Comissão Permanente da Comissão Politica Nacional do MLSTP/PSD, com o objetivo de aprovar o calendário das reuniões dos Conselhos Distritais, Regional, das Organizações Sociais e do Conselho Nacional do MLSTP/PSD e analisar algumas temáticas e polémicas que têm alimentado a atualidade política nacional nos últimos tempos.

A reunião foi presidida pelo camarada Presidente Jorge Bom Jesus e as questões foram abordadas de forma frontal, responsável e objetiva pelos Comissários e, no final das intervenções, concluiu-se o seguinte:

1 – De acordo com a orientação da Comissão Politica, foi aprovado o calendário para a realização, até ao final do corrente ano, dos Conselhos Distritais e Regional alargados, para se escutar o máximo de militantes de base, de forma a se fazer uma análise profunda dos resultados das últimas eleições e das causas dos insucessos eleitorais do MLSTP/PSD, que culminará depois com a realização de uma reunião do Conselho Nacional do MLSTP/PSD, em meados de Dezembro, para repensar o Partido e decidir os próximos passos que devem ser dados, ao nível interno, para o fortalecimento do Partido, de forma a começar a construir-se, desde já, uma oposição responsável e uma alternativa credível para Governar STP no futuro.

2 - A Comissão Permanente congratulou-se com a decisão da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, que, dentro do espirito do bom senso e no respeito do Regimento e das boas práticas do passado, decidiu aprovar, por unanimidade, a data de 8 de novembro para o inicio da nova legislatura. Ainda sobre este tema, o MLSTP/PSD condena e repudia a posição irresponsável do Partido ADI que, depois de participar nas discussões e aprovar a referida Resolução, veio dar o dito pelo não dito, num sinal claro de desnorte politico e incoerência, face as posições assumidas pelos seus próprios deputados.

3 – Sobre o processo de Concessão dos Portos de São Tomé e Príncipe e a construção do Porto de Águas profundas em Fernão Dias, a Comissão Permanente foi elucidada sobre os pormenores e as fases deste processo, que seguiu todos os tramites legais e, por isso, declara o seu total apoio a esses projetos e felicita o Governo, em particular o Ministro das Infraestruturas, pela coragem e pelo trabalho feito, de forma a encontrar solução para um problema grave e estrutural que o País enfrenta há vários anos, que é a situação de falência técnica da ENAPORT e a incapacidade dos nossos Portos para dar resposta aos desafios da atualidade. Todo o barulho e suspeição a volta deste processo, mais não é do que “dor de cotovelo” de pessoas e Partidos que, tendo governado o País em várias ocasiões, inclusive com maioria absoluta, nunca foram capazes de resolver os problemas estruturantes que enfrentamos e colocar o País no rumo do desenvolvimento. Infelizmente, esses tipos de reações e ameaças irresponsáveis e levianas sobre o não cumprimento do contrato, sem ao menos avaliar o seu mérito e oportunidade, causam danos irreparáveis a imagem externa do País e têm contribuído para afugentar os grandes investidores estrangeiros de STP.

Ainda sobre esse tema, o MLSTP/PSD tomou conhecimento, com surpresa e estupefação, da posição do Ministério Público em avançar com um pedido de anulação do visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Concessão dos portos, numa atitude que nos leva a suspeitar da imparcialidade e isenção do Ministério Público e do senhor Procurador Geral da República, quando todos sabemos que o mesmo tem assento na plenária do Tribunal de Contas, logo, tem conhecimento prévio sobre todos os dossiers e processos que são analisados e avalisados por este Tribunal superior.

O MLSTP/PSD aproveita a ocasião para solicitar ao Ministério Público a mesma destreza e celeridade em todos os processos que se encontram nas gavetas dos gabinetes dos senhores procuradores a “ganhar pó” e que até agora, estranhamente, não conhecem nenhuma evolução, nomeadamente:

- Gestão danosa da EMAE durante a governação do ADI.

- Compra dos edifícios do S.T.J e da AGER, pelo Governo do ADI, por ajuste direto e a preços inflacionados.

- Obra de construção da sede do Banco Central.

- Empréstimo dos 30 milhões de dólares, sem cumprir os expedientes que a Lei define.

- Caso do contrabando de cigarros e de outras substâncias em Micolô.

- Roubo da droga nos Tribunais e na Policia Judiciaria.

- Processo da queima das notas antigas e da produção de notas de 200 dobras.

-Várias queixas-crime introduzidas contra pessoas bem identificadas e com provas documentais.

É caso para perguntar: Há dois pesos e duas medidas no Ministério Público? Quando os processos são a favor de determinadas pessoas e grupos, tudo avança a velocidade de cruzeiro e quando são contra os interesses dessas mesmas pessoas e grupos, tudo morre? Tudo fica abafado?

Vejamos dois exemplos incontornáveis:

1 – Quando foi o caso de suspeita de aproveitamento ilícito da distribuição do arroz do Japão, o Ministério Público agiu de imediato, aproveitando-se das declarações públicas do Ex-Presidente Fradique de Menezes.

2- Quando foi o caso da suspeita de compra de mesas e de corrupção eleitoral, assumido pelo Presidente do ADI, que afirmou publicamente que entregou o valor de 100 mil dobras ao Presidente do MDFM, um Partido concorrente do ADI nas eleições, não vimos nenhuma iniciativa ou ação por parte do Ministério Público.

Ainda neste diapasão, aguardamos serenamente e com alta expetativa o tratamento que o Ministério Público dará à queixa-crime apresentada pelo Partido CID-STP contra o ADI e o seu Presidente, pela pratica de crimes de corrupção eleitoral e agradecemos o mesmo empenho e celeridade nesse processo, para o bem da nossa democracia e da transparência do nosso processo eleitoral.

Por ultimo, a Comissão Permanente insta os novos Deputados eleitos do MLSTP/PSD a fazerem uma oposição responsável e construtiva no Parlamento, em defesa dos superiores interesses do País e congratula-se com a orientação do Primeiro-ministro, para que todos os membros do Governo e Diretores de Empresas Públicas, Agências e Institutos organizem os dossiers do Estado e façam a passagem de pasta aos novos inquilinos, como mandam as boas praticas administrativas e as leis da República, em respeito ao legado de um Partido responsável e sério como o MLSTP/PSD.

São Tomé, 26 de outubro de 2022.

**O porta voz**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**